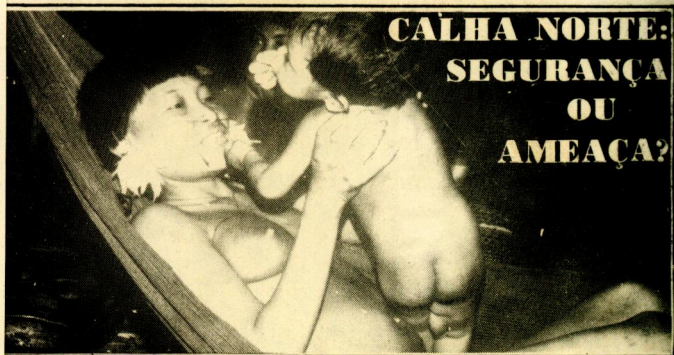


**CALHA NORTE:
SEGURANÇA
OU
AMEAÇA?**





CALHA NORTE: SEGURANÇA OU AMEAÇA?

Nós, entidades abaixo assinadas, vimos à opinião pública para denunciar um projeto governamental chamado CALHA NORTE, que foi elaborado - à calada da noite e sem participação da classe política eleita pelo povo - sob a inspiração do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Da formulação do projeto, que desde junho de 1985 já está em secreto andamento, participaram os Ministérios Militares, o do Planejamento, do Interior, da Fazenda e do Exterior.

1 - O que é a Calha Norte

O projeto Calha Norte é de natureza bélico-militar ("Segurança externa") e desenvolvimentista ("Segurança interna"). Abrange uma faixa de fronteira de 6.500 Km entre Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP), ao norte dos rios Solimões e Amazonas, atingindo 14 por cento do território nacional e cinco países limítrofes (Venezuela, Colômbia, Suriname, Guiana Francesa e República Cooperativista da Guiana).

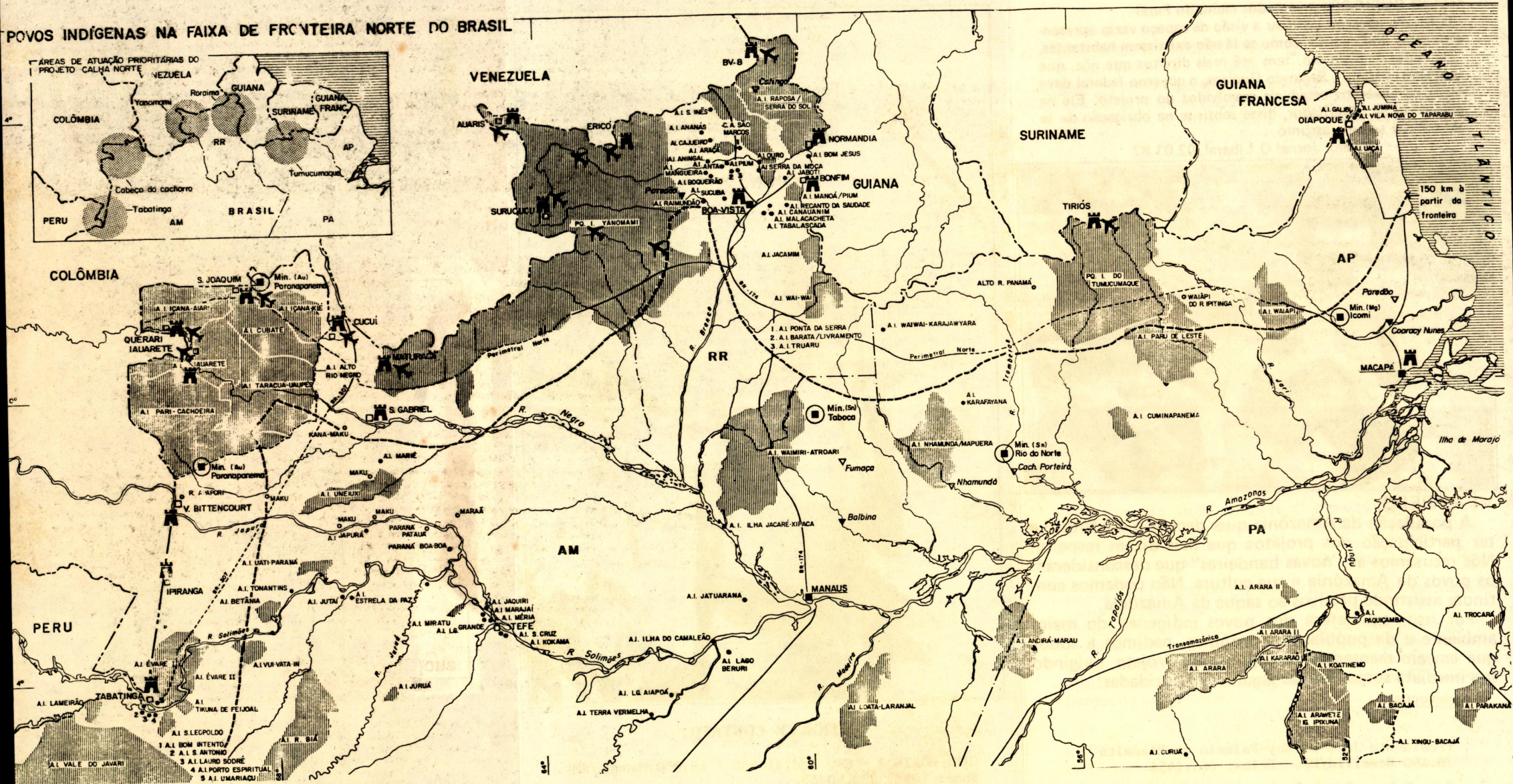
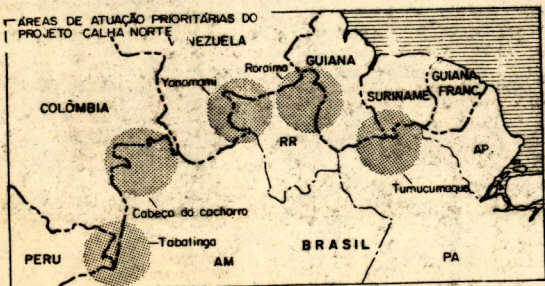
- Objetivos deste projeto

Segundo o general-de-brigada Rubens Bayma Denys, secretário geral do CSN, o projeto se propõe a:

- aumentar a presença militar na área (aeroportos, casernas)
- demarcar definitivamente as fronteiras,
- redefinir a política indigenista para esta região,
- construir estrada e hidrelétricas,
- implantar projetos econômicos e polos de colonização.

Este projeto custará, por enquanto, ao País, 45 milhões de dólares, dos quais uma terceira parte já foi liberada até agosto de 1986.

POVOS INDÍGENAS NA FAIXA DE FROTEIRA NORTE DO BRASIL



- ▨ ÁREA INDÍGENA - A.I.
- A.I. (não representável nesta escala)
- ÍNDIOS "ISOLADOS"
- □ CIDADES
- DIVISA INTERNACIONAL
- - - - - DIVISA INTERESTADUAL
- RODOVIA em projeto
- RODOVIA implantada
- ▽ HIDRELÉTRICA projetada
- ▼ HIDRELÉTRICA em construção ou em funcionamento
- PROJETO DE MINERAÇÃO
- ⊠ a serem implantadas ou ampliadas: BASES DO EXÉRCITO
- ✈ BASES DA AERONÁUTICA

III - CONSEQUÊNCIAS PARA A AMAZÔNIA E SUA POPULAÇÃO

Muito nos preocupa a filosofia do Projeto Calha Norte, que está por trás dos objetivos acima. Em realidade, é preciso ler as justificativas do Programa para se verificar quais são suas reais consequências para a população da Amazônia. Essa filosofia se enquadra dentro do saque generalizado e da destruição da região e da marginalização dos seus habitantes, que já assistimos através de outros projetos autoritários e anti-povo, como Jari, Carajás, Tucuruí, Polonoroeste e Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). A construção da Transamazônica significou o etnocídio de milhares de índios.

De fato a Amazônia sempre foi e continua sendo uma COLÔNIA dentro do Brasil. A política governamental e empresarial na Amazônia pode-se resumir com o lema do Rondon ao contrário: "INTEGRAR PARA ENTREGAR".

Nunca se planejou o desenvolvimento da Amazônia em função de seus habitantes e nem em função do futuro ecológico e econômico do próprio Brasil. A Amazônia tem sido sempre pensada em termos imediatistas, como um recurso disponível ao apetite de empresas nacionais e transacionais, como reserva do governo central para o pagamento da sua dívida externa ou como campo de manobra de uma geopolítica militar.

O Programa também ignora quaisquer cuidados de natureza ambiental, e sequer menciona as populações ribeirinhas e de seringueiros, prendendo-se as grandes estruturas e acenando com investimentos do grande capital. Se lembrarmos alguns precedentes, pode-se prever que, além de abrir caminho à destruição do meio-ambiente, o Programa nem propiciará um aumento sensível na aposta de empregos.



IV - CONSEQUÊNCIAS PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS



Na área assombrada pelo Calha Norte vivem cerca de 50 mil índios, dos 220 mil que ainda habitam o solo brasileiro. Se o projeto vingar conforme as intenções dos seus elaboradores, os indígenas desta região não terão:

- áreas demarcadas em faixa de fronteira;
- áreas consideradas "extensas";
- áreas próximas a cidades;
- um território, caso seja cortado por uma estrada federal.

O projeto Calha Norte provocará o desaparecimento dos povos indígenas ao norte do País! E quem nos preservará de outras Calhas, no sul, oeste ou leste? Ressurgiu, ao meio de uma chamada transição democrática, o racismo autoritário e etnocida dos expoentes da política indigenista dos anos 70:

"A palavra índio, longe de expressar uma origem (. . .) expressa unicamente uma condição social inferior, uma maneira de vida primitiva, como os favelados do Rio de Janeiro, os moradores dos mocambos de Recife (. . .) que vivem num submundo de miséria, doença, imundície e mortalidade infantil, precisando de educação e cuidados especiais . . ."

- Major Brigadeiro Protásio Lopes de Oliveira em 1978 -
"Vamos procurar cumprir as metas fixadas pelo Presidente Geisel, para que através de um trabalho concentrado entre vários Ministérios, daqui a 10 anos possamos reduzir, para 20 mil os 220 mil índios existentes no Brasil e daqui a 30 anos, todos eles estarem devidamente integrados na sociedade nacional".

Rangel Reis
então Ministro do Interior (27.12.76)

A Nação Brasileira não se pode esquecer o papel histórico dos índios como guarda-fronteiras. Joaquim Nabuco, nos anexos ao Trabalho de Limites com a Guiana Inglesa, rende homenagem a esta defesa indígena, ao transcrever e comentar em Direito do Brasil (1903, p. 96-97) o seguinte texto:

"Que os gentios eram as muralhas dos sertões é a idéia de toda a colonização do Brasil por parte dos homens de Estado da metrópole e da colônia: é a suma de toda a legislação portuguesa e cartas régias a respeito dos índios durante três séculos..."

Os povos indígenas não representam um problema para as nossas fronteiras. Eles são a solução, porque defenderão os seus territórios da invasão estrangeira e defenderão a Amazônia frente ao Apocalipse ecológico.



V - OPINIÕES

OS BISPOS DA AMAZÔNIA

"Causa estranheza o tratamento autoritário e sigiloso da questão, enfatizada pelo documento. O mesmo documento reafirma o objetivo fundamental de "Segurança e desenvolvimento" que orientou toda a política dos governos militares, sem incorporar os princípios democráticos e participativos que deveriam fundamentar a Nova República. Repete-se assim, na prática, a característica dos tempos do regime autoritário, de marginalizar a sociedade civil, os seus legítimos representantes e o principal interessado: o povo amazônico, indígena e não-indígena, quando se trata de estudo, da elaboração e da execução de projetos".

Manaus, 02.12.86

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA

"A suspeita de antipatriotismo que paira sobre os índios e que faz com que não se queiram reconhecer de fato os direitos que tem sobre terras perto das fronteiras é, além de tudo uma gritante injustiça histórica: pois essas mesmas fronteiras que os índios supostamente ameaçariam hoje, eles que as conquistaram para o Brasil".

Folha de São Paulo, 24.11.86

CLAUDIA ANDAJUR (coordenadora da Comissão do Parque Yanomami)

"Nossa preocupação agora é com estes núcleos habitacionais. Eles vão atrair milhares de pessoas que fatalmente, usando as estradas previstas no Calha Norte, terminam por invadir a área dos Yanomami".

Jornal de Brasília, 02.12.86

JOÃO FELIX PINTO DE CARVALHO (porta voz do Governo do Amazonas)

"Nós não temos nada contra e acho que este projeto é importante para que os brasileiros ocupem as regiões de fronteiras. Eu acho, apenas, que após os militares ocuparem as áreas, deveria haver preocupação em assentar os colonos nos pontos da Calha Norte".

Manaus: Jornal do Comércio, 03.12.86

PROFESSORA MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA IMBIRIBA (chefe da Assessoria Especial de Relações Nacionais e Internacionais da UFPa.)

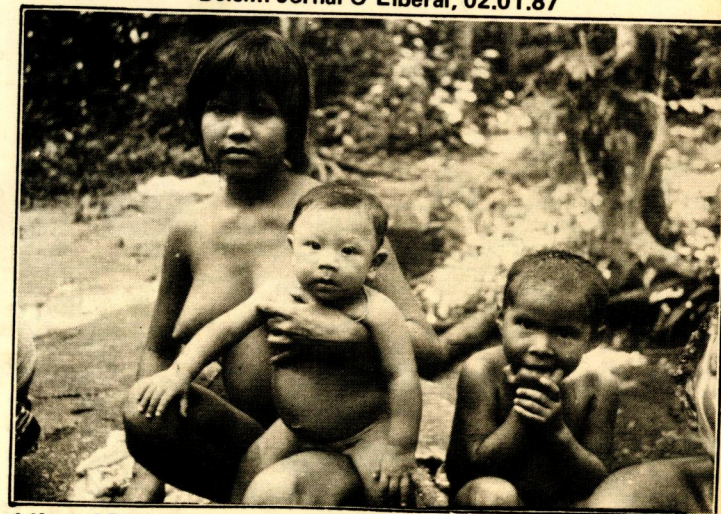
Para ela, o fato de terem sido excluídos da discussão e elaboração do projeto todos os setores da chamada sociedade civil que deveriam ser ouvidos - comunidades indígenas, pesquisadores, entidades científicas, governos municipais e estaduais constituídos etc - é, por si só, bastante inquietante. "Nos preocupa, ainda, que o binômio "Segurança e Desenvolvimento" que norteou todos os programas da ditadura, venha, novamente, aparecer como elemento motivador deste projeto".

Belém: Jornal O Liberal, 02.01.87

HÉLIO GUEIROS (governador eleito do Pará)

O futuro governo criticou a visão de espaço vazio apresentada pelo documento, como se lá não existissem habitantes. "Os índios", disse ele, "tem até mais direitos que nós, que chegamos depois". Segundo Gueiros, o governo federal deve ouvir os governos estaduais envolvidos no projeto. Ele na qualidade de governador, disse sentir-se na obrigação de se manifestar sobre o assunto.

Belém: Jornal O Liberal, 02.01.87



VI - APELO

A população da Amazônia quer decidir o seu futuro e ter participação nos projetos que lhes dizem respeito. Nós recusamos as "novas bandeiras" que desconsideram os povos da Amazônia e sua cultura. Não podemos continuar assistindo passivos ao saque da Amazônia.

Por isso, em defesa dos povos indígenas, do meio ambiente e da população amazônica, pedimos a todos que enviem mensagens de repúdio do Projeto, exigindo sua imediata suspensão, às seguintes autoridades:

Endereços

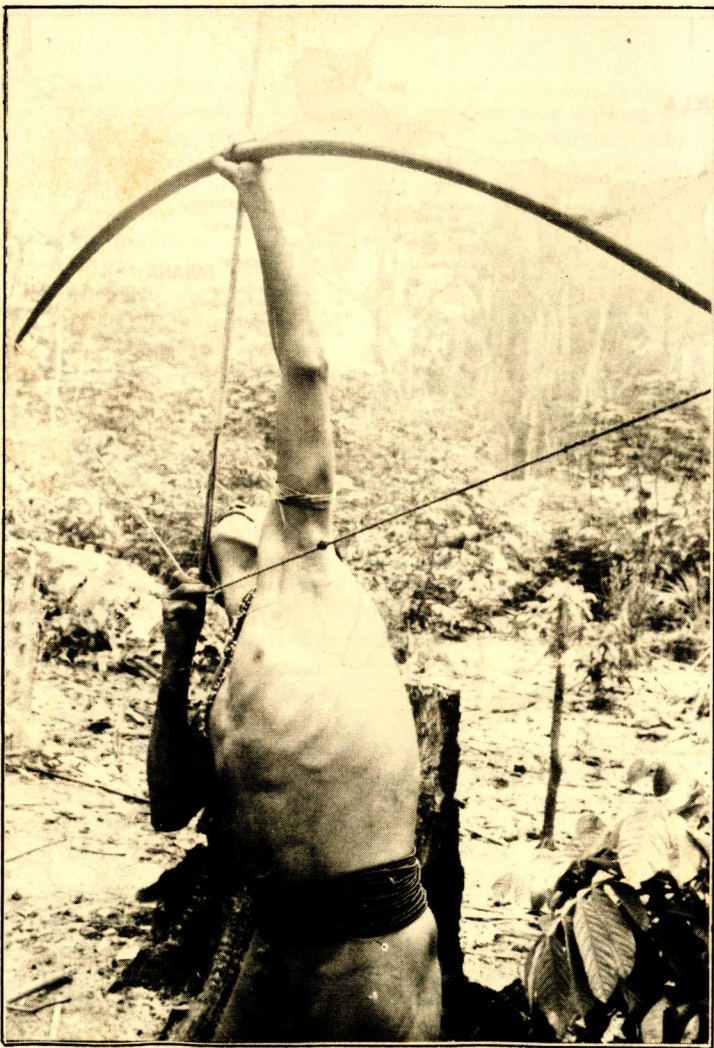
- Presidente José Sarney-Palácio do Planalto
70.150 Brasília/DF. Telex: 061.1451
- Gen. Rubens Bayma Denis - Conselho de Segurança Nacional - Palácio do Planalto
70.150 Brasília/DF. Telex: 061.1160
- Ministro João Sayad-Secretaria de Planejamento
70.063 Brasília/DF. Telex: 061.2207
- Ministro Abreu Sodré - Ministério de Relações Exteriores. 70.170 Brasília/DF
- Dr. José Paulo Setulzeda Pertence-Procurador General da República. Av. L 2-Sul Q. 603
70.200 Brasília/DF. Telex: 061.1144

REMETENTE:

CIMI NORTE II
Caixa postal 1454
66.000 BELÉM/PA

CIMI NORTE I
Caixa postal 984
69.000 MANAUS/AM

IMPRESSO



ENTRE EM CONTATO:

CIMI NORTE I - Cx. Postal 984 - 69.000 Manaus/AM

Fone: (092) 233.5020

CIMI NORTE II - Cx. Postal 1454 - 66.000 Belém/PA

Fone: (091) 229.3191

CIMI-Conselho Indigenista Missionário

CPT-PA-AM/CNBB-PA-AP-AM/OPAN/
SDDH-PA-AM/ANAÍ RS/ CÂRITAS/
MDDH-PA/MMCC-PA/CDM-PA/SMB/
CEDENPA/SGB/COBAJUR/UAP/FICOM/
CBB-PA/CEPAS/ FASE

PORTE PAGO
ECT DR/PA
ISR-76 175/86